

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR
CNPJ 81.670.804/0001-08
Ponta Grossa - PR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	ATIVO		PASSIVO	
	(Em Reais)		(Em Reais)	
	2.016	2.015	2.016	2.015
CIRCULANTE	<u>6.194.050</u>	<u>6.808.824</u>	<u>727.156</u>	<u>477.179</u>
DISPONIBILIDADES	<u>1.144.747</u>	<u>2.739.325</u>	Fornecedores	379.231 56.592
			Obrigações fiscais/tributárias	9.339 8.349
Caixa e equivalentes de caixa (nota 04)	1.144.747	2.739.325	Obrigações sociais/trabalhistas	168.502 163.750
			Outras contas a pagar	112.390 118.666
DIREITOS REALIZÁVEIS	<u>5.049.303</u>	<u>4.069.499</u>	Adiantamento de clientes	2.184 8.549
			Empréstimos	- -
Duplicatas a receber (nota 05)	2.035.724	2.181.399	Convênios	3.700 3.706
Estoques (nota 06)	2.731.583	1.584.315	Garantias e cauções	51.810 117.567
Adiantamentos a funcionários	16.949	30.457		
Impostos a recuperar	74.638	140.220		
Outros valores a receber	186.182	130.202	NÃO CIRCULANTE	<u>4.150.236</u> <u>5.809.768</u>
Despesas antecipadas	4.227	2.906		
			Contratos e custos de obras a executar (nota 09)	- 1.323.115
NÃO CIRCULANTE	<u>4.339.599</u>	<u>5.270.629</u>	Resultado de exercícios futuros (nota 10)	4.070.901 4.448.024
			Fundo municipal de habitação (nota 11)	79.335 38.629
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>3.093.166</u>	<u>5.077.206</u>		
Duplicatas a receber (nota 05)	3.093.166	3.754.091	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>5.656.257</u> <u>5.792.506</u>
Recursos de convênios a aplicar (nota 07)	-	1.323.115		
			Capital social (nota 12)	11.969.659 9.474.146
INVESTIMENTOS	<u>661.099</u>	-	Prejuízos acumulados	(6.313.402) (3.681.640)
IMOBILIZADO (nota 08)	<u>474.829</u>	<u>187.332</u>		
INTANGÍVEL	<u>110.505</u>	<u>6.091</u>		
TOTAL DO ATIVO	<u>10.533.649</u>	<u>12.079.453</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>10.533.649</u> <u>12.079.453</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR

CNPJ 81.670.804/0001-08

Ponta Grossa - PR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$

PERÍODO DE 01/JAN/2015 A 31/DEZ/2016

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	SUBSCRITO	TOTAL		
SALDOS EM 01/JAN/2015	<u>9.474.146</u>	<u>9.474.146</u>	<u>(3.330.378)</u>	<u>6.143.768</u>
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	944.476	944.476
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	(1.295.738)	(1.295.738)
SALDOS EM 31/DEZ/2015	<u>9.474.146</u>	<u>9.474.146</u>	<u>(3.681.640)</u>	<u>5.792.506</u>
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	2.495.513	2.495.513	-	2.495.513
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	(2.631.762)	(2.631.762)

SALDOS EM 31/DEZ/2016			11.969.659	11.969.659	(6.313.402)	5.656.257
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR			COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR			
CNPJ 81.670.804/0001-08			CNPJ 81.670.804/0001-08			
Ponta Grossa - PR			Ponta Grossa - PR			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Em R\$	01/JAN./2016	01/JAN./2015 A	Em R\$	PERÍODO	PERÍODO	
	31/DEZ./2016	31/DEZ./2015		01/JAN./2016	01/JAN./2015 A	
RECEITA BRUTA	<u>1.069.020</u>	<u>1.106.107</u>		31/DEZ./2016	31/DEZ./2015	
Venda de imóveis (nota 14)	1.069.020	1.106.107	FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE OPERACIONAL			
DEDUÇÃO DAS RECEITAS (nota 15)	<u>(146.990)</u>	<u>(153.139)</u>	Prejuízo do exercício	(2.631.762)	(1.295.738)	
RECEITA LÍQUIDA	<u>922.030</u>	<u>952.968</u>	. Ajuste de exercícios anteriores	-	944.476	
CUSTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS (nota 16)	<u>(334.132)</u>	<u>(378.527)</u>	. Depreciações e amortizações	19.434	31.505	
LUCRO BRUTO	587.898	574.441	Prejuízo ajustado	(2.612.328)	(319.757)	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>(3.219.660)</u>	<u>(1.870.179)</u>	. Variação nas contas de duplicatas a receber	806.599	(1.046.775)	
Despesas gerais e administrativas (nota 17)	(3.602.452)	(2.439.423)	. Variação na conta de terrenos sem benfeitorias	(1.147.268)	615.367	
Despesas financeiras (nota 18)	(14.659)	(17.899)	. Recursos de convênio a aplicar	1.323.115	1.663.117	
Receitas financeiras (nota 19)	253.073	402.565	. Variação na conta de tributos a recuperar	65.582	(9.891)	
Outras receitas/despesas operacionais	144.378	184.578	. Variação na conta de fornecedores	322.639	(194.767)	
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(2.631.762)</u>	<u>(1.295.738)</u>	. Variação na conta de obrigações fiscais/tributárias	990	(12.362)	
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(2.631.762)</u>	<u>(1.295.738)</u>	. Variação da conta obrigações trabalhistas e sociais	4.752	41.717	
Prejuízo por lote de 1.000 ações	(220)	137	. Variação da conta obras a executar	(1.323.115)	(2.415.658)	
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			. Variação da conta fundo municipal de habitação	40.706	500	
	2016	2015	. Variação da conta resultado exercícios futuros	(377.123)	877.071	
1 RECEITAS	1.213.398	1.290.685	. Variação de outras contas ativas e passivas	(122.190)	216.497	
1.1 Venda de Imóveis	1.069.020	1.106.107	. Variação na conta de convênios	(6)	(23.861)	
1.2 Outras receitas e despesas	144.378	184.578	<u>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</u>	<u>(3.017.647)</u>	<u>(608.802)</u>	
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.137.621)	(1.340.732)	FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO			
2.1 Custos dos imóveis vendidos	(334.132)	(378.527)	Aquisição de imobilizado/intangível	(411.345)	(154.034)	
2.2 Materiais, serviços terceiros, outros	(1.803.489)	(962.205)	Aquisição de Investimentos	(661.099)	-	
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(924.223)	(50.047)	<u>Caixa líquido das atividades de investimento</u>	<u>(1.072.444)</u>	<u>(154.034)</u>	
4 RETENÇÕES	(55.264)	(31.505)	FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS			
4.1 Depreciação, amortização	(55.264)	(31.505)	Aumento de Capital Social	2.495.513	-	
5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PROD PELA ENTIDADE(3-4)	(979.487)	(81.552)	<u>Caixa líquido das atividades de financiamento</u>	<u>2.495.513</u>	-	
6 VALOR ADICIONADO POR TRANSFERÊNCIA	253.074	402.565	<u>AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES</u>	<u>(1.594.578)</u>	<u>(762.836)</u>	
6.1 Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	DISPONIBILIDADES:	(1.594.578)	(762.836)	
6.2 Receitas Financeiras	253.074	402.565	No Início	2.739.325	3.502.161	

7 VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(726.413)	321.013	No Final do Exercício	1.144.747	2.739.325
8 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(726.413)	321.013			
8.1 Pessoal e encargos	1.729.484	1.414.002			
8.2 Impostos, taxas e contribuições	166.826	198.816			
8.3 Juros e aluguéis	9.039	3.933			
8.4 Prejuízo do exercício	(2.631.762)	(1.295.737)			
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)					

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR
Cnpj nº 81.670.804/0001-08
Ponta Grossa - PR
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016
Valores Expressos em R\$ 1,00

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR foi criada em 13 de setembro de 1989 nos termos da lei municipal nº 4.298, sob a forma de Economia Mista, sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionista majoritário a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sendo regido pelo Estatuto Social, seus Regimentos e Regulamentos e em consonância com a legislação aplicável. Tem como objetivo social:

- Elaborar planos e programas visando equacionar e propor soluções para o problema habitacional no município;
- Atuar como entidade captadora e administradora de recursos oriundos da União, do Estado do Paraná, do município de Ponta Grossa e de entidades paraestatais e instituições financeiras, destinados à construção de casas populares e execução de loteamentos para fins habitacionais;
- Elaborar e executar projetos de implantação de núcleos habitacionais;
- Incentivar e apoiar a construção de casas populares, através de projetos tipo mutirão e outros, para fins familiares de baixa renda;
- Incentivar e promover o desfavelamento, com a construção de casa de baixo custo, para atendimento das parcelas mais carentes da população;
- Projetar, construir, incorporar, financiar, e comercializar habitações convencionais e de interesse social, lotes residenciais e materiais de construção;
- Produzir industrialmente artefatos de concreto e outros aplicáveis na edificação das habitações e obras complementares de urbanização e paisagismo de núcleos residenciais;
- Celebrar convênios e firmar contratos com órgãos governamentais, entidades paraestatais e privadas, e instituições financeiras, para consecução de suas finalidades;
- Negociar a importação e importar, se necessário, materiais destinados à construção de moradias.

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR poderá participar de outras sociedades, desde que seja meio de realizar o projeto social.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Legislação societária, contemplando as alterações e atualizações das leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

Em simetria com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a empresa adotou as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas Práticas Contábeis.

A companhia elaborou estudos sobre os reflexos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/14, concluindo que não há efeitos relevantes nas suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, em decorrência das taxas de depreciação aplicadas sobre seu ativo imobilizado, que não ultrapassam os limites estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial, e estão refletidos no resultado do exercício.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis ressaltamos:

a) APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas, despesas e provisões são escrituradas dentro do período em que foram auferidas ou incorridas, estando, portanto, registradas conforme sua competência.

b) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos em bancos, contas movimento e aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, as quais não superam os respectivos valores de mercado.

c) DUPLICATAS A RECEBER

As contas a receber englobam os créditos, com clientes, faturados até a data de encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

d) OUTROS ATIVOS

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização.

e) ESTOQUE

A entidade avalia os estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado, diminuindo os custos e despesas com vendas.

O critério de mensuração do custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques para sua localização e condição atuais.

f) IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens.

Os saldos inerentes aos bens imobilizados se encontram apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

g) PASSIVO CIRCULANTE

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias incorridas.

h) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A companhia possui ações trabalhistas tramitando em juízo, na qualidade de requerida, cujos valores e riscos associados foram determinados mediante a análise dos processos, sendo aqueles classificados como de provável perda, foram constituídas a provisão respectiva.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do caixa e equivalente de caixa discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Caixa Arrecadação	1.000	1.200
Bancos conta movimento	254.606	126.161
Aplicações financeiras	889.141	2.611.964
Total	1.144.747	2.739.325

NOTA 5. DUPLICATAS A RECEBER

A composição das duplicatas a receber discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo 2016		Saldo 2015	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Lotes Residenciais	1.168.245	641.258	924.072	1.982.679
Lotes Comerciais	559.036	1.469.567	678.018	1.295.111
Conjuntos Residenciais	578.200	982.341	579.309	476.301
PECLD ¹	(269.757)	-	-	-
Total	2.035.724	3.093.166	2.181.399	3.754.091

¹ PECLD – Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

NOTA 6. ESTOQUES

Os saldos de estoques estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Terrenos sem benfeitorias	717.600	717.600
Imóveis a	1.974.214	858.625

comercializar		
Estoque interno	39.769	8.090
Total	2.731.583	1.584.315

NOTA 7. RECURSOS DE CONVÊNIOS A APLICAR

Os saldos de recursos de convênios a aplicar estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
FHNIS – Jardim dos Sabiás	-	317.834
FHNIS – Jardim das Andorinhas	-	1.005.281
Total	-	1.323.115

NOTA 8. IMOBILIZADO

Bem	Custo	Depreciação Acumulada	2016 líquido	2015 líquido	Taxa anual de depreciação
Veículos	113.142	(63.547)	49.595	64.855	20%
Móveis e utensílios – adm.	100.409	(34.888)	65.521	25.351	10%
Máquinas e equipamentos	23.332	(8.353)	14.979	5.795	10%
Computadores e Periféricos	112.764	(62.367)	50.397	34.753	20%
Terminais Telefônicos	3.618	(1.357)	2.261	2.623	10%
Benfeitorias	296.892	(4.816)	292.076	53.955	4%
Total	650.157	(175.328)	474.829	187.332	

Os saldos estão apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

NOTA 9. CONTRATOS E CUSTOS DE OBRAS A EXECUTAR

Os saldos dos contratos e custos de obras a executar estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Contratos		
FHNIS – Jardim dos Sabiás	-	317.834
FHNIS – Jardim das Andorinhas	-	1.005.281
Custos		
Lot. Res. Parque dos Sabiás	-	-
Lot. Res. Parque das Andorinhas	-	-
Total	-	1.323.115

NOTA 10. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

No ato da assinatura do contrato de compra e venda de loteamentos os valores das vendas são transportados para a conta de Receita e Exercícios Futuros, onde seu saldo é baixado para o resultado proporcionalmente às receitas recebidas no período.

Assim também, os custos da obra são transportados para a conta de Custos de Exercícios Futuros, que são baixados conforme as receitas para a conta de custos no resultado.

O saldo de resultado de exercícios futuros está apresentado da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Receita de Exercícios Futuros:		
Lotes Residenciais	1.809.502	3.182.827
Lotes Comerciais	2.028.604	1.973.128
Conjuntos Residenciais	1.560.540	779.534
Total (a)	5.398.646	5.935.489
Custo de Exercícios Futuros:		
Lotes Residenciais	(639.051)	(699.306)
Lotes Comerciais	(391.292)	(418.674)
Conjuntos Residenciais	(297.402)	(369.485)
Total (b)	(1.327.745)	(1.487.465)
Total (a+b)	4.070.901	4.448.024

NOTA 11. FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Os saldos de fundo municipal de habitação estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Parque dos Sabiás	72.427	38.629
Parque das Andorinhas	6.908	-
Total	79.335	38.629

NOTA 12. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de R\$ 11.969.659 (onze milhões, novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais), pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país, composto de 11.969.659 (onze milhões, novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove) ações ordinárias, sem valor nominal.

NOTA 13. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia está envolvida em processos de natureza trabalhista, que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, não constata na opinião de seus consultores jurídicos externos, não constituiu provisão dos valores, baseada no conceito de que tais processos tem a possibilidade remota de se realizar.

NOTA 14. VENDA DE IMÓVEIS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Lotes Residenciais	245.978	340.834
Lotes Comerciais	734.700	612.302
Conjuntos Residenciais	88.342	152.971
Total	1.069.020	1.106.107

NOTA 15. DEDUÇÃO DAS RECEITAS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
(-) COFINS	81.245	106.011
(-) PIS	17.639	22.578
(-) Contrib. Previdenciária s/ Receita Bruta	48.106	24.550
Total	146.990	153.139

NOTA 16. CUSTOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Custo dos Lotes Vendidos	334.132	378.527
Total	334.132	378.527

NOTA 17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Despesas com Pessoal	1.327.895	1.082.354
Despesas com Diretoria	401.589	331.648
Despesas Tributárias	19.836	45.678
Despesas com lotes a comercializar	1.034.912	452.371
Despesas Gerais	818.220	527.372
Total	3.602.452	2.439.423

NOTA 18. DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Despesas Bancárias	2.782	1.305
Juros de Mora	9.039	3.933
IOF s/ Operações Financeiras	9	1
Variações monetárias passivas	-	4.869
Descontos Concedidos	2.829	7.791
Total	14.659	17.899

NOTA 19. RECEITAS FINANCEIRAS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Rendimentos de Aplicações Financeiras	219.917	358.271
Juros Recebidos – Mutuários	19.037	19.995
Descontos Obtidos	-	-
Variações Monetárias de Créditos	-	21.190
Juros Ativos	7.033	3.109
Multas recebidas	7.086	-
Total	253.073	402.565

NOTA 20. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

A Entidade não remunera os membros componentes do Conselho de

Administração e do Conselho Fiscal, e não distribui ou concede vantagens sob nenhuma outra forma.

NOTA 21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Após exame das demonstrações contábeis da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - Prolar, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o relatório com ressalvas emitido pela **YSA Auditores e Associados** SS, a Diretoria aprovou a emissão e apresentação das demonstrações financeiras em 11 de março de 2017.

DINO ATHOS SCHRUB
Diretor Presidente

DANIELLE DE MATTOS SCHLUMBERGER
Diretora Financeira

LUCIANA APARECIDA MIGDALSKI
Contadora
CRC PR-058646/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial e demais demonstrativos pertinentes ao exercício de 2016, e, baseado no parecer da auditoria de YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS, no Relatório da Diretoria, são de parecer que as "Demonstrações Financeiras" traduzem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, o resultado de suas operações, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de Recursos, de acordo com os "Princípios Fundamentais de Contabilidade", aplicados de maneira uniforme em relação ao exercício anterior. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião com respeito ao Balanço, cuja ata segue devidamente assinada pelos Conselheiros presentes, encerrando-se a reunião. Ponta Grossa, 31 de Março de 2017.

Ary Fernando Guimarães Lovato Eduardo Marques

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR
Ponta Grossa - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de

2015, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório com modificação de opinião, datado de 11 de março de 2016, contendo as seguintes ressalvas:

a) Os controles existentes sobre a conta Duplicatas a Receber da companhia apresentam-se insuficientes para permitir uma apreciação integral e adequada sobre as duplicatas vencidas e a vencer. A mensuração dos valores envolvidos requer um levantamento técnico e específico, motivo pelo qual, não foi possível, quantificar o efeito pela falta da adoção do procedimento no ativo circulante e ativo não circulante, no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

b) Os controles existentes sobre a conta Resultado de Exercícios Futuros, cujo saldo era de R\$ 4.448.024 (R\$ 3.570.953 em 2014), apresentam-se insuficientes para permitir uma apreciação integral e adequada dos valores consignados na conta Resultado de Exercícios Futuros, razão pela qual não foi possível concluir sobre a adequação dos saldos daquela conta. Na data da emissão do nosso relatório de auditoria, a administração ainda estava no processo de conciliação, buscando sanar as deficiências do sistema e corrigir eventuais erros. A mensuração dos valores envolvidos, requer um levantamento técnico e específico, motivo pelo qual, não foi possível, quantificar o efeito pela falta da adoção do procedimento no resultado do exercício e patrimônio líquido.

c) Até a emissão deste relatório, não recebemos as respostas às cartas de circularização encaminhadas aos assessores jurídicos da Companhia, que tratam da situação atual de processos judiciais em andamento. Dessa forma, não tivemos como emitir uma opinião sobre o tema "contingências".

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

✓ Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

✓ Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 10 de março de 2017.

YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS

CRC-PR 07.495/0-0

PEDRO ARMANDO DE LIMA FUNES

CONTADOR CRC-PR 033.119/0-8

27682/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

A INDUSTRIA E COMERCIO LEOPOLDINO LTDA ME, CNPJ: 77.760.965/0001-07, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de FOZ DO IGUAÇU, a Licença Prévia para Usina de Asfalto a ser implantada na Rua Astorga S/N, bairro Remanso Grande, município de Foz do Iguaçu/PR..

27823/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

A INDUSTRIA E COMERCIO LEOPOLDINO LTDA ME, CNPJ: 77.760.965/0001-07, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Foz do Iguaçu, a Licença Simplificada para Empreendimento Náutico a ser implantada na Rua Astorga S/N, bairro Remanso Grande, município de Foz do Iguaçu/PR..

27828/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

A empresa REINALDO BARBOSA SIMÕES SERVIÇOS DE ENTREGAS - ME torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para a atividade de TRANSPORTADORA DE PRODUTOS PERIGOSOS a ser implantada na Rodovia BR-376, nº 4333, no município DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

27765/2017

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

RL Folador Construções LTDA, CNPJ 03.915.050/0001-97 torna público que recebeu do IAP, a Licença Prévia para Edificações com validade até 05/01/2019 a ser implantada na Rua Ângelo Prodócimo, 304 - 83505-170 - Almirante Tamandaré/PR.

27670/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Passos Maia Energética S/A CNPJ 08.542.325/0002-99 torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para Linha de Transmissão 138 Kv Passos Maia - SE Copel instalada no trecho entre a divisa de SC, município de Passos Maia, e a Subestação Palmas, município de Palmas, estado Paraná.

24689/2017

TRANSPORTADORA PÉROLA LTDA.

CNPJ. 89.423.669/0001-08 NIRE.41206506639

CONVITE ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS.

DATA, HORA E LOCAL.No dia 11 de abril de 2017, às 15:00 h., em sua sede social, à Rua Jackson Figueiredo, 130 em Curitiba-PR PRESENCAS: Em segunda convocação acionista que representem no mínimo a maioria absoluta do capital social com direito a voto, como determina o Contrato Social, com a seguinte ordem do dia: a) Apresentação do Balanço Social e Fiscal do Exercício de 2016, para apreciação e aprovação do mesmo pela Assembléia;b) Destinação dos Resultados do período encerrado em 31 de dezembro de 2016;c) Eleição do Sócio Administrador para o mandato a encerrar-se em 30 de abril de 2018;d) Outros assuntos de interesse da sociedade, que os sócios queiram levar para deliberação da Assembléia. Curitiba,03 de abril de 2017. Ass.:Antonio Carlos Brusamarello - Sócio Administrador

26323/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

PETROFAN COMBUSTIVEIS LTDA torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA (TRR) instalada ROD BR 376 KM 144 S/N, Zona Rural, CEP 87180-000 em Pres. Castelo Branco-PR.

27754/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

JULINHO ANTONIO LAGO torna público que irá requerer ao IAP, a Licença de Operação para IRRIGAÇÃO POR PIVO CENTRAL instalada no LRs 95 e 95-A - GL 18, Linha Aparecidinha, no município de Palotina-PR.

27726/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

ADELAR DAZZI torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para IRRIGAÇÃO POR PIVO CENTRAL a ser implantada no LRs 231-B;231-C;231-D;231-A-II;231-A-I-GL 17, no município de Palotina-PR 17.

27731/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

EMERICO PIVETA torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para IRRIGAÇÃO POR PIVO CENTRAL a ser implantada nos LRs 81;147;148;149 e 150-Subd 02 Parte A - GL 10, no município dwe Palotina-PR.

27720/2017

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

JULINHO ANTONIO LAGO torna público que recebeu do IAP, a Licença de Instalação para IRRIGAÇÃO POR PIVO CENTRAL a ser implantada no LRs 95 e 95-A - GL 18, Linha Aparecidinha, no município de Palotina-PR.

27723/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

BJCG Comércio de Combustíveis Ltda torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para a atividade de Posto Revendedor de Combustíveis e Serviços instalada Rua Bom Jesus, 325 bairro centro, Rio Negro - Pr.

27762/2017

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

Retificadora de Motores Barão Ltda torna público que recebeu do IAP, a Licença Prévia para Reconhecimento e Recuperação de Motores a ser implantada Av. dos Pioneiros nº 121, Jd. Independência - Toledo/PR.

27327/2017

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Retificadora de Motores Barão Ltda torna público que irá requerer ao IAP, a Licença de Instalação para Reconhecimento e Recuperação de Motores a ser implantada Av.dos Pioneiros nº 121, Jd. Independência, Toledo/PR.

27325/2017